

AVALIAÇÕES EXTERNAS E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: PERCEPÇÕES E VISÕES PRELIMINARES

Anderson Oramísio SANTOS¹

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Olíria Mendes GIMENES²

Universidade de São Paulo – USP

Sangelita Miranda Franco MARIANO³

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

RESUMO

Esse artigo resulta de uma investigação bibliográfica e tem como objetivo refletir sobre as políticas públicas educacionais e os impactos produzidos pelas avaliações externas nas práticas pedagógicas, tendo como foco as avaliações em larga escala na educação básica, com a implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e do Sistema Mineiro de Avaliação – SIMAVE e quais as implicações destas o cotidiano das salas de aula a ponto de modificar (ou não) as práticas da equipe escolar e do/a professor/a em sala de aula, torna-se imprescindível para compreendermos como esses processos se desenvolvem e quais suas consequências na aprendizagem dos alunos. Porém não basta analisarmos os números, convém que investiguemos o que se encontra por trás deles, conhecermos a realidade desses alunos e dessas escolas que geram esses índices. Parece-nos importante ressaltar que tais sistemas estão alinhados às transformações e reformas educacionais ocorridas no Brasil a partir dos anos de 1990, cujo embate entre regulação e descentralização consolida estratégias de monitoramento das ações educativas, tendo em vista verificar e acompanhar o nível de aprendizagem dos alunos. Ressaltamos que entre os princípios de tais políticas está a defesa das avaliações externas como aliadas da melhoria da qualidade da educação pública, contudo, a pesquisa revela que não promovem o desenvolvimento processual e integral do aluno. Constatou-se, também, que a direção das escolas responsabiliza o professor pelo sucesso ou fracasso do aluno, criando uma pressão para um bom desempenho nas avaliações externas.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Avaliação Externa. Trabalho Docente. Educação Básica.

¹ Graduado em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia e Inspeção Escolar. Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – oramisio@hotmail.com

² Graduada em Pedagogia e Especialista em Docência no Ensino Superior. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo – oliriaudi@hotmail.com

³ Graduada em Pedagogia e Especialista em Docência no Ensino Superior. Mestre em Educação e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – sangelita@terra.com.br

Introdução

O presente trabalho visa provocar discussões sobre a função assumida pela avaliação da educação básica diante da nova reconfiguração do estado brasileiro. Para tanto, faremos um breve recorte sobre os processos de avaliações sistêmicas em Minas Gerais como Sistema Mineiro de Avaliação - SIMAVE, o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – PAAE e o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB, bem como a política educacional do Estado de Minas Gerais, como fatores influenciadores na organização do trabalho escolar.

Por meio de estudo bibliográfico sobre as avaliações em larga escala e da legislação educacional brasileira, faz-se necessário suscitar algumas questões sobre o papel do professor frente às avaliações institucionais e como vem sendo pressionado a contribuir para com a melhoria dos índices da escola.

Nesse contexto, estão presentes fatores influenciadores no trabalho docente que atuam na educação básica, conseqüentemente, no desenvolvimento desses profissionais, sendo que as políticas de avaliações externas, juntamente com seus ideais, mobilizam gestores, professores, alunos e famílias.

Vale ressaltar que a instituição escolar não é abstrata, é o cerne do sistema educativo formal, haja vista que é lugar de decisão, onde ocorre a elaboração e execução de políticas educacionais, é também local de aprendizagens, em que alunos e professores se envolvem num processo organizacional como compromisso de transmitir e construir conhecimentos, com destaque para os significados e sentidos da escola para a formação dos alunos, ou seja, o ensino e a aprendizagem constituem o objetivo central nesse movimento de constituição de sujeitos.

Discorrer sobre as avaliações externas implica em refletir sobre as finalidades da educação na contemporaneidade. É, pois, consenso no meio educacional que a escola tem assumido diversas funções para além de seu tradicional papel de transmissor, reprodutora e construtora de saberes e conhecimentos, sua função acadêmica. Sob esse olhar, é possível afirmar que essa nova configuração contribui para a definição dos objetivos da educação, os quais são referendados na LDBN nº 9394/96 ao tratar das finalidades do ensino fundamental e educação básica.

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo [...] III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o

fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social [...]; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico [...] (BRASIL, 1996, p. 12).

Cumpramos reconhecer que a legislação educacional brasileira assume a concepção que a escola é responsável por diversas funções e a estas estão associadas também múltiplos objetivos. Nesse artigo pautaremos nossa discussão no escopo da avaliação como garantia do desenvolvimento das aprendizagens, em outras palavras, o processo avaliativo deverá contribuir para a materialização de um dos objetivos centrais da escola, assegurar que as crianças e adolescentes efetivamente aprendam.

Segundo Vidal (2003) a avaliação não é um tema desconhecido por nenhum professor, pelo contrário, a avaliação sempre fez parte do contexto pedagógico, das aprendizagens em sala de aula. Nesse sentido, a autora considera avaliação como um instrumento inseparável da prática pedagógica, por meio do qual é possível o professor acompanhar o progresso de seus alunos, analisarem o desenvolvimento do trabalho escolar, assim como o seu próprio desempenho.

Nessa perspectiva que julgamos necessário práticas avaliativas que possam contribuir para a superação de um modelo fortemente marcado por princípios seletivos, meramente quantitativos, classificatórios e extremamente excludentes. É preciso considerar a avaliação como importante instrumento de reflexão das ações desenvolvidas por alunos e docentes no âmbito escolar.

1 A nova configuração do Estado e as avaliações externas

No contexto mundial, as avaliações externas surgem como uma busca de “equiparação” tanto da abrangência e permanência do aluno nas escolas, como da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Os anos 90 do século passado foram marcados pela materialização de inúmeros processos avaliativos dos sistemas escolares e, esses têm cada vez mais sido incorporados aos processos educativos. Em nosso país o Ministério da Educação - MEC, em articulação com as Secretarias Estaduais de Educação, implantou o Sistema de Avaliação da Educação Básica –

SAEB⁴. A justificativa para a implementação desse sistema está associada à defesa da avaliação como possibilidade de fornecer informações sobre os processos educacionais, seja na esfera municipal e estadual, com o intuito de direcionar o processo de tomadas de decisões em relação às políticas públicas, ao desempenho acadêmico dos alunos e à qualidade do sistema escolar como um todo.

O SAEB compartilha espaço com as avaliações estaduais (RIBEIRO; KALOUSTIAN, 2002), realizadas sistematicamente em estados brasileiros, como Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins. O mencionado sistema é responsável por coletar dados sobre alunos, professores e diretores de escolas públicas e privadas em todo o Brasil. Ele está em execução desde 1990, sendo aplicado a cada dois anos, avaliando o desempenho dos alunos brasileiros do quinto e do nono ano do Ensino Fundamental, bem como os do terceiro ano do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa, como foco em leitura e, Matemática com foco em resolução de problemas (BRASIL, 2003).

A partir das informações do SAEB, o MEC e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação podem definir ações voltadas para a correção de distorções e debilidades, identificadas e direcionar seus recursos técnicos e financeiros para áreas prioritárias, visando o desenvolvimento do Sistema Educacional Brasileiro e à redução das desigualdades nele existentes.

Dessa forma, o SAEB tem como objetivo oferecer subsídios para a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas, contribuindo, para a ampliação da qualidade do ensino brasileiro. Os resultados são divulgados em nível nacional e por região, estado, localização (capital, interior), zona geográfica (urbano, rural), dependência administrativa (estadual, municipal, federal e particular) (BRASIL, 2003).

Os resultados englobam tanto os relacionados com o desempenho dos alunos quanto os referentes às variáveis da escola, do diretor, do professor, dos hábitos de estudo e das condições socioculturais dos alunos.

Neste ponto é preciso fazer uma advertência para as questões que envolvem o professor no contexto das avaliações institucionais. Os resultados alcançados são devidamente

⁴ O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, implantado em 1990, é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP e conta com a participação e o apoio das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação das 27 Unidades da Federação. A análise dos resultados dos levantamentos do SAEB permite acompanhar a evolução do desempenho dos alunos e dos diversos fatores incidentes na qualidade e na efetividade do ensino ministrado nas escolas, possibilitando a definição de ações voltadas para a correção das distorções identificadas e o aperfeiçoamento das práticas e dos resultados apresentados pelas escolas e pelo sistema de ensino brasileiro.

publicizados e, geralmente questionados, principalmente, se estes forem abaixo do esperado, recaindo sempre no professor. Ou seja, o professor sempre é chamado a prestar contas sobre o índice, que ele, participe da escola, ajudou a compor.

Sobre essa situação a que fica exposto o professor da educação básica, compromete o seu desenvolvimento profissional e, com isso, influencia a sua prática pedagógica, no sentido de que sempre estará executando o seu trabalho, relacionando às avaliações institucionais e não de acordo com suas concepções de educação, de escola, de aluno.

Assim sendo, as avaliações educacionais em larga escala, de forma geral, permitem a produção de indicadores educacionais únicos, que dizem respeito à qualidade da educação ofertada à população e ao conteúdo efetivamente aprendido em sala de aula. Ainda não foi pensado em outro modo de obter informação desse tipo e de tal relevância para o planejamento de políticas educacionais. Porém, a avaliação é entendida como um indispensável elemento de reflexão sobre as políticas, práticas e ações implementadas no âmbito do sistema educacional (BRASIL, 2003).

Segundo o MEC (2003), os resultados das avaliações, sejam elas locais, regionais ou mesmo nacionais, são informações qualificadas, postas à disposição de pesquisadores, de educadores, gestores e planejadores, a quem compete à reflexão sobre o panorama educacional e a tomada de decisões que dizem respeito tanto ao fortalecimento de medidas que se mostraram eficazes na melhoria da qualidade educacional, quanto às mudanças que acreditam necessárias para aprimorar o desenvolvimento da aprendizagem.

Na LDBN nº 9.394/96 as avaliações externas são enfatizadas por recomendação de instituições internacionais como o Banco Mundial - BM e o Fundo Monetário Internacional - FMI, como sendo uma das formas de verificar se o currículo oficial está sendo cumprido (VIDAL, 2003).

No Brasil, as políticas públicas educacionais apresentam questões relacionadas a implementação da avaliação como perspectiva de uma nova função do Estado, assegurar a participação da sociedade no acompanhamento dos processos educativos. Portanto, as avaliações externas são compreendidas como necessidade e direito social,

[...] com efeito, a sociedade somente se mobilizará em defesa da educação se a incorporar como valor social, o que exige transparência no tratamento das questões educacionais e no debate em torno das políticas de desenvolvimento da educação. Desse modo, a sociedade poderá acompanhar sua execução, propor ajustes e fiscalizar o cumprimento dos deveres do Estado (HADDAD, 2008, p. 8).

A caracterização das ações governamentais estabelece o campo da avaliação educacional como estratégia assumida, a fim de estabelecer uma medida padrão da qualidade da educação oferecida pelas escolas em todo o território nacional.

Não obstante, a avaliação se constitui em medida que interessa a toda a sociedade, seja pela sua aplicabilidade prática ou por suas consequências, tendo em vista que a esta interfere diretamente nas tomadas de decisões acerca dos rumos da educação em cada estado, município e instituição.

A avaliação está incluída no bojo das diversas ações que estão sendo estabelecidas pelas políticas públicas educacionais com o objetivo de orientar as atividades das instituições escolares, dos profissionais, estudantes e suas famílias. Nesses moldes, acaba por imprimir um desenho que se configura pela própria atuação reguladora do Estado sobre as escolas, seja por intermédio da fiscalização ou pela associação dos resultados obtidos nos procedimentos avaliativos aos dispositivos de financiamento. Esse cenário,

[...] diminuir as despesas públicas exigiu não só a adoção de uma cultura gestonária (ou gerencialista) no sector público, como também induziu a criação de mecanismos de controlo e responsabilização mais sofisticados. A avaliação aparece assim como um pré-requisito para que seja possível a implementação desses mecanismos (AFONSO, 1998, p.113).

A conformação do Estado às necessidades de ajustes da educação básica torna imperativo aferir os resultados dos investimentos públicos aplicados às escolas. Ainda de acordo com o discurso oficial a educação está interligada com as competências a serem desenvolvidas pela instituição educativa e pelo avanço da produtividade; objetivo esse que se exprime na operacionalização da avaliação na educação básica. Desse modo,

[...] com a diminuição dos recursos públicos para os setores sociais coincidindo com a crescente complexidade da sociedade, nos países industrializados, os Estados aumentaram consideravelmente as suas ações de controle e fiscalização. Este fenômeno se tornou conhecido como “Estado Avaliador”, [...] caracteriza a forte presença do Estado no controle dos gastos e dos resultados das instituições e dos órgãos públicos. O “Estado Avaliador” intervém para assegurar mais eficiência e manter o controle daquilo que considera ser qualidade. (DIAS-SOBRINHO, 2004, p. 708).

Em 2007 o Ministério da Educação implementou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB⁵, um indicador que integra o fluxo escolar às médias de desempenho obtidas pelos alunos nos exames realizados durante os processos avaliativos nacionais. Esse índice demonstra o intuito do Estado em medir a qualidade da oferecida aos estudantes

⁵ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB: criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em 2007, é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, médias de desempenho no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. (BRASIL, 2007).

brasileiros e a preocupação com a eficiência e a eficácia, além das condições para a adaptação dos alunos às novas demandas do mercado.

Essa configuração estrutural visa por meio dos resultados das avaliações, construir mecanismos de prestação de contas pautados nos pressupostos de transparência e responsabilização dos docentes, isso se evidencia na reivindicação de:

[...] qualificação permanente dos que trabalham na escola, em especial dos professores. [...] mecanismos de prestação de contas que facilitem a responsabilização dos envolvidos. [...] responsabilização, avaliação de processos e de resultados, participação dos interessados, divulgação de informações, que imprimam transparência às ações dos gestores, diretores, professores, para que a sociedade em geral e os alunos e suas famílias em particular, participem e acompanhem as decisões sobre objetivos, prioridades e uso dos recursos. (BRASIL, 2007, p.17)

Enfim, as avaliações externas realizadas, a partir de testes padronizados, têm como objetivo principal o monitoramento da educação e, implicam na centralização da União no que diz respeito ao controle dos resultados, tal formato articula-se à tão propagada lógica de descentralização. Essas avaliações representam a legitimação da opção do Estado por um processo avaliativo exterior as escolas e geridas segundo princípios inerentes à administração gerencial, a competição, ou seja, ao *accountability*⁶, na perspectiva de uma lógica de mercado.

Nesse cenário, é premente a exigência por parte das instituições escolares e do governo, representado pelas secretarias de educação em garantir, sob quaisquer condições, a qualidade do ensino. Para tanto, a escola é obrigada a repensar suas práticas pedagógicas, a currículo e avaliação, dentre outros. Enfim, a escola é a todo o momento pressionada a desenvolver atividades que possam ir ao encontro das propagandeadas eficácia e eficiência, ressaltando a importância dos alunos apresentarem bons resultados no SIMAVE⁷, ENEM⁸ e Prova Brasil⁹. Desse modo, a adaptação do currículo aos conteúdos elencados no programa

⁶ Termo que designa prestação de contas, fornecimento de informações, justificativas, elaboração e publicização de relatórios de avaliação; responsabilização, imputação de responsabilidades e/ou imposição de sanções negativas, atribuição de recompensas materiais ou simbólicas. (AFONSO, 2009).

⁷ O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE) tem como objetivo identificar necessidades, problemas e demandas do sistema e das escolas, auxiliando no planejamento de ações em diferentes níveis e momentos que objetivam a melhoria da qualidade da educação pública da rede estadual. O SIMAVE atua em duas modalidades, complementares e integradas: a primeira é a avaliação interna da escola, por meio do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – PAAE. A segunda modalidade é a avaliação externa do sistema de ensino, através do Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA e o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB.

⁸ O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é um exame criado em 1998 pelo Ministério da Educação do, é utilizado como ferramenta para avaliar a qualidade geral do ensino médio no país. Atualmente, o exame é utilizado como exame de acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileiras através do Sistema de Seleção Unificada – SiSU

⁹ A Prova Brasil é um exame que se constitui como avaliação em larga escala, desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e

dessas avaliações e, a demanda por ações educativas que pudessem contribuir para o aumento do IDEB da instituição, são elementos constantes no cotidiano de todos os educadores.

É, pois nessa perspectiva que as avaliações em larga escala interferem de modo direto no movimento produzido no interior da escola, lócus privilegiado para construção de potencialidades, por intermédio da produção de relações sociais e ações transformadoras, mediante conscientização dos direitos sociais e práticas educativas de caráter mediador, trazendo em seu interior os elementos de produção e/ou superação das contradições.

2 A avaliação em larga escala em Minas Gerais

Dado que no âmbito nacional a avaliação é um processo que tem cada vez mais envolvido os atores sociais no desenvolvimento do monitoramento e fiscalização da qualidade da educação. Em termos de entes federados, os estados também empreenderam iniciativas no sentido de criaram seus próprios sistemas de avaliação externa, com objetivos e pressupostos que se aproximam do modelo apregoado pela União.

[...] embora a regra no país nas relações entre poder local e poder central seja integração dos poderes estaduais às determinações governamentais do poder central, em Minas Gerais esse processo possui características específicas à medida em que o Estado não só vem incorporando as novas determinações como consegue antecipar [...] Isso parece revelar que Minas Gerais, por suas especificidades, vem se integrando ao país como ‘laboratório’ dos esforços de modernização capitalista comandados pelo Estado, principalmente a partir da segunda metade do século XX (MARTINS, 1998, p. 22).

Em Minas Gerais, a partir de 1992, a Secretaria de Educação implementou a Avaliação do Sistema Estadual de Minas Gerais como parte de diversas política públicas imbuídas do desejo de garantir a qualidade educacional (VIANNA, 1995). Instaura-se, portanto, a partir desse momento diversas iniciativas no que se refere a defesa de uma avaliação externa que produza consequências positivas sobre o ensino ministrado aos alunos em Minas Gerais. Dentre esses empreendimentos destacamos o Sistema Mineiro de Avaliação da Escola Pública - SIMAVE com início no ano 2000. Tal sistema é constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB, pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - PAAE e Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA).

O SIMAVE tem como objetivo principal elaborar e implementar programas de avaliações em larga escala cuja finalidade está na utilização dos dados obtidos com a realização de provas anuais, como forma de intervir no processo de gestão e tomada de decisões no planejamento de

questionários socioeconômicos. Com as informações da Prova Brasil, o MEC e as secretarias estaduais e municipais de Educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e à redução das desigualdades (portal. mec.gov.br. Acesso em 10/09/2011).

ações educativas que possa ir ao encontro da tão propagada qualidade educacional. De acordo com dados dos informativos próprio Sistema, sua função é “indicar caminhos possíveis para os professores superarem as dificuldades de aprendizagem diagnosticadas com alternativas de intervenção didática” (SIMAVE, 2007, p.11)

No plano objetivo o PROEB compreende Programa no qual os alunos participam de exames em que são avaliados os conteúdos relacionados as disciplinas Matemática e Língua portuguesa. Nesses moldes, o PROEB é também integrante do SIMAVE, sendo utilizado a partir do ano de 2006. Tal instrumento assim como os já mencionados constitui-se num conjunto de medidas e avaliações com o intuito de diagnosticar o desempenho dos alunos, resultado esse que implicará na formulação de planejamento e das políticas públicas educacionais para os alunos mineiros. O resultado do desempenho conjunto dos alunos fornece o diagnóstico do ensino, influenciando diretamente no planejamento, monitoramento e reformulação das políticas públicas educacionais.

Segundo alguns autores, como Bonamino *et al.* (2004), Fontanive (2000), Klein (2000), as avaliações sejam internas sejam externas, são importantes no diagnóstico da realidade escolar, qualidade do ensino (professor) e aprendizagem (dos alunos), bem como no diagnóstico da realidade da educação no país, em seus vários aspectos.

No contexto das avaliações externas mantidas pelo MEC, a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais mantém uma proposta curricular, denominada Conteúdo Básico Comum, o CBC. Essa proposta foi regulamentada por meio da Resolução 666, de 07 de abril de 2005, que dimensiona um sistema de avaliação no estado, denominado de SIMAVE (MINAS GERAIS, 2008). Destacamos como objetivos desse sistema de avaliação:

- a) Promover a avaliação sistemática da rede pública de educação básica.
- b) Criar instrumentos de participação da sociedade e dos profissionais da educação na gestão da escola pública.
- c) Democratizar o acesso à informação sobre a Educação Pública.
- d) Desenvolver procedimentos de gestão de avaliação das políticas públicas educacionais pautadas em princípios de equidade.
- e) Fortalecer a escola como instituição de promoção de igualdade de oportunidade para todos os mineiros.

Além do SIMAVE, a Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais, adota outras políticas complementares de tais proposições, diminuindo as diversidades e contribuindo para uma padronização do sistema mineiro. O PAEE é um destes sistemas de avaliação adotado no Estado de Minas Gerais.

Outro instrumento comumente usado em nosso estado consiste em envolver e compensar o professor pelo trabalho com o Conteúdo Básico Comum - CBC. Na apresentação do CBC de todas as disciplinas do Ensino Fundamental e Médio, faz-se saber que esses conteúdos serão utilizados como as bases para a avaliação das escolas, professores e para proposição de metas com o fim de melhorar o desempenho das escolas da rede estadual mineira (MINAS GERAIS, 2001). Essa informação é significativa, pois tem relação com as avaliações de rendimento a que as escolas estaduais estão sendo sujeitadas.

A SEE/MG faz uso dos resultados das escolas nas avaliações do SIMAVE, vinculando-os às políticas destinadas à Educação (MINAS GERAIS, 2008). Uma delas está atrelada ao incentivo de produtividade, em que a partir dos índices alcançados pela escola, os professores que nela atuam, são “estimulados” a melhorarem o seu desempenho no processo de ensino e aprendizagem com uma espécie de remuneração compensatória. Outra política, diz respeito à avaliação de desempenho do professor, que responde a um instrumental contendo perguntas diversas, e específicas à sua atuação. Esse instrumental é acompanhado pelo diretor da escola.

Nesse sentido, foi percebido que os resultados dessas avaliações transcendem as proposições para as avaliações sistêmicas com incentivo salarial e ingresso e manutenção de escolas em projetos específicos ou globais, que na íntegra buscam melhorar o ensino e a aprendizagem. Observa-se ainda, que diferentes questões cercam os processos avaliativos, entre os quais, o estigma de que a avaliação é apenas um instrumento para classificar e rotular as pessoas em aptas ou não, pessoas competentes ou não, boas ou más. A análise de dados por meio do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública) – permite às escolas da rede pública estadual obter dados necessários para uma reflexão do seu processo de ensino e aprendizagem, respondendo às necessidades de planejamento e ação educacionais, servindo à realidade da sala de aula e influenciando a definição de políticas públicas para a educação em Minas Gerais.

Segundo Vianna (2003), um dos elementos essenciais a avaliação diz respeito a caracterização dos problemas de aprendizagem com o objetivo de superar e transformar a realidade não aprendizagem. Contudo, vale destacar que para o autor o impacto dos resultados pode ser considerado mínimo por inúmeros motivos entre os quais está o linguajar demasiadamente técnico das planilhas, pleno de especificidades muitas vezes desconhecidas dos docentes e que poderiam ser evitados,

[...] ainda que os resultados dos desempenhos sejam apresentados em escalas elaboradas por intermédio de rigorosos procedimentos

estatísticos, e com a especificação dos vários níveis correspondentes de competência, dificilmente os professores têm condições técnicas para interpretar dados que resultam da *expertise* técnica dos responsáveis pelos relatórios. (VIANNA, 2003, p. 45).

Sob esse olhar, os moldes em que ocorre a divulgação dos resultados, os termos utilizados, bem como a complexidade que envolve os cálculos dos índices, acaba por dificultar a apropriação e o “consumo” das informações advindas dessas avaliações pela comunidade escolar e também pela sociedade como um todo. Nesse sentido, diante da incompreensão dos dados divulgados, os sujeitos envolvidos no processo de produção da qualidade da educação encontram diversos impedimentos para exercer seu protagonismo nesse movimento que envolve políticas públicas, ações do Estado e entes federados, sociedade civil e comunidade local, envolvendo educadores, alunos e pais.

Assim, no âmbito das avaliações externas é importante destacar que o sistema educacional de Minas Gerais ao assumir o monitoramento da qualidade da educação desenvolvida em suas instituições caminha ao encontro do exercício do controle social, contudo, faz-se necessário que o resultado dos processos avaliativos sejam analisados à luz dos diversos elementos que interferem diretamente nos resultados. Trata-se, portanto, da necessária ampliação dessas análises, uma vez que “problematizadas” isoladamente não representam qualquer possibilidade de melhoria na qualidade educacional.

Considerações Finais

A compreensão das implicações das avaliações externas na organização do trabalho escolar nos remete a reflexão sobre o papel do Estado no atual contexto de reformulação de políticas públicas, dentre elas a educacional. A avaliação está inserida no foco das reformas que têm ocorrido nas últimas duas décadas no âmbito educativo, possuindo um formato flexível em que se distinguem diferentes funções, dentre as quais se destaca o aspecto relacionado ao mapeamento da educação oferecida aos estudantes brasileiros e à indução de ações e intervenções necessárias a universalização da escola pública.

É possível depreender que a avaliação extrapola os muros da escola e cada vez mais deixa de focar somente a avaliação concretizada no espaço micro da sala de aula para ser realizada em larga escala, implementando um movimento em que os dados obtidos por meio das avaliações externas (SAEB, SIMAVE) são considerados como informações de extrema relevância para mediar e orientar a organização do trabalho pedagógico dos sistemas educativos.

Os resultados dessas avaliações influenciam sobremaneira a criação e reformulação de políticas públicas no campo da educação, trazendo em seu bojo a demarcação de prioridades, determinação de alocação de financiamento; definição de currículos; orientação de propostas de formação tanto dos alunos como de professores.

Os processos avaliativos sejam esses consolidados em escala nacional ou regional estão historicamente associados a transformações na organização escolar. Para tanto, alterar a lógica estruturante da escola implica em atentar para o fato que a educação oferecida á população, especialmente da escola pública, representa a possibilidade concreta de criar as possibilidades de inclusão em uma sociedade pautada nos princípios do individualismo, competitividade, exclusão e meritocracia.

Urge, pois compreender o sistema avaliativo em sua dimensão social, política e cultural, tendo em vista as múltiplas perspectivas de ações sobre a realidade educacional, no intuito de permitir o avanço em sua qualidade, no sentido de produzir melhorias, além de efetivamente prestar contas à sociedade das ações realizada no que diz respeito a construção de um projeto educativo de eficácia social.

Portanto, há que se defender uma avaliação que possa atingir seu objetivo principal, permitir que os alunos tenham materializado o direito de conhecer, interpretar e dialogar com o mundo que o cerca. Enfim, a avaliação deve ser compreendida como instrumento comprometido com a regulação e acompanhamento do trabalho pedagógico cujo objetivo é a garantia da aprendizagem de todos e de cada um.

Referências

AFONSO, A. J. **Políticas educativas e avaliação educacional**: para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995). Portugal: IEP/CEEP/ Universidade do Minho, 1998.

BONAMINO, A.; BESSA, N.; FRANCO, C. (orgs.). **Avaliação da Educação básica**: pesquisa e gestão. São Paulo: Loyola, 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório Pedagógico**. Brasília: MEC/INEP: ENEM 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social

pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF, abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 02 mar.2013.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação, Políticas Educacionais e Reformas da Educação**

Superior. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

FONTANIVE, N. O uso pedagógico dos testes. In: SOUZA, A. M. (Org.). **Dimensões da avaliação educacional**. Vozes: Petrópolis, 2000.

HADDAD, F. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: INEP, 2008.

KLEIN, R. Como está a Educação no Brasil? O que fazer? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO, v. 14, n. 51, p.139-171, abr./jun. 2000.

MARTINS, André. **A política de capacitação de professores do Ensino Fundamental em Minas Gerais nos anos 90**. Dissertação de mestrado. Niterói: Faculdade de Educação, UFF, 1998.

MINAS GERAIS. Secretaria da Educação de Minas Gerais. **Escola Sagarana: Educação para a vida com dignidade e esperança**. Belo Horizonte: Coleção Lições de Minas/SEE/MG, 2001.

_____. MINAS GERAIS. **Boletim Pedagógico da Avaliação da Educação do SIMAVE/Proeb 2007: Matemática 3o ano do Ensino Médio UFJF/Caed**, Faculdade de Educação. 2007. Caed. Jan/Dez. 2007.

_____. Secretaria do Estado da Educação. **Conteúdos Básicos Comuns – CBC: Ensino Fundamental e Médio: Proposta curricular**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2008.

RIBEIRO, V. M.; KALOUSTIAN, S. (Coord). **Indicadores da qualidade na Educação**. Brasília: INE P, 2005.

VIANNA, E. M. Avaliações Nacionais em Larga Escala: análises e propostas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 27, p.43, jan. /jun. 2003.

VIDAL, Vera Maria, *et al.* **Avaliação Institucional**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2003.